

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

# TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS

Experiências de Saúde  
Ambiental Territorializadas

VOLUME 3  
DESDOBRAMENTOS  
E PERSPECTIVAS



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

30 anos



Brasília-DF / 2021

# TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS

Experiências de Saúde  
Ambiental Territorializadas

VOLUME **3**  
DESDOBRAMENTOS  
E PERSPECTIVAS





Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <[www.saude.gov.br/bvs](http://www.saude.gov.br/bvs)>.

**ELABORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES:**

Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde  
Departamento de Saúde Ambiental (DESAM)  
Coordenação de Projetos, Pesquisas e Ações Estratégicas em Saúde Ambiental (COPAE)  
Quadra 4 Bloco N Brasília/DF - CEP: 70.070-040  
Telefone: (61) 3314 6206 | <http://www.funasa.gov.br>

**ORGANIZAÇÃO:**

Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado  
Mariana Vitali  
Antonio Carlo Batalini Brandão  
Guilherme Franco Netto  
Juliana Wotzasek Rulli Villardi

**ELABORAÇÃO EM COOPERAÇÃO:**

Ministério da Saúde  
Fundação Oswaldo Cruz  
Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS)  
Essa publicação é fruto do Termo de Execução Descentralizada (TED) 01/2017 e consolida produtos dos TEDs: TED 01/2013; TED 10/2013; TED 11/2013 e TED 06/2015.

**ELABORAÇÃO DOS TEXTOS:**

Alessandra Bortoni Ninis	Ivanildes Pereira
Alexandre Pessoa Dias	João C. H. Oswaldo Cruz
André Luiz Dutra Fenner	Jorge Mesquita Huet Machado
Andréa Araujo de Vasconcellos	Juliana Carvalho Rodrigues
Antonio Carlo Batalini Brandão	Juliana de Senzi Zancul
Cristina Roale	Kathya Maria E. Orrico
Darcy de V. Rodrigues Ventura	Leonardo de Freitas
Deborah S. Figueiredo Roberto	Luana C. Silva Vagno Martins
Edmundo Gallo	Luís Carlos S. M. Domingues
Eliete P. da Conceição	Luísa Vilas Boas Cardoso
Ewerton Thiago P. de Lima	Maíra Franco Netto
Fabiana Ramos	Marcelo José Monteiro Ferreira
Fabiana Vaz de Mello	Marco Antônio C. Menezes
Fábio José dos Reis Oliveira	Mariana Vitali
Fátima Cristina C. Maia Silva	Marizelha C. Lopes
Fernanda Machiner	Missifany S. A. de S. Campos
Ivandro C. de Sá	Pedro Assumpção Alves
Gislei Siqueira Knierin	Pesquisadores Populares
Guilherme Franco Netto	Rafael de Souza Petersen
Guilherme Indira Alves França	Ronaldo dos Santos
Gustavo C. X. M. Machado	Vagner do Nascimento
Indira Alves França	Wagner de Jesus Martins
Ircy Gallo Ritzmann	

**EQUIPE EDITORIAL:**

Milena Manhães Rodrigues  
Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado  
Anna Cecília Cortines  
Gabriela de Vasconcelos Costa Lobato  
Juliana de Senzi Zancul

**PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:**

Ana Salac  
Sílvia de Almeida Batalha

**REVISÃO:**

Irene Ernest Dias

**Ficha Catalográfica**

Brasil. Fundação Nacional de Saúde.

Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas desdobramentos e perspectivas / Fundação Nacional de Saúde. – 1. ed. – vol. 3 – Brasília : Funasa, 2021.

202 p. : il.

ISBN 978-65-5603-013-5

1. Saúde Ambiental. 2. Saneamento Rural. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Desenvolvimento Social. I. Título.

CDU 628





# CAPÍTULO 7

## **Tecendo Caminhos para a Construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis: o caso das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré, BA**

*Marcelo José Monteiro Ferreira, Jorge Mesquita Huet Machado, André Luiz Dutra Fenner, Fátima Cristina Cunha Maia Silva, Gislei Siqueira Knierin, Fernanda Machiner, Ivandro C. de Sá, Ewerton Thiago P. de Lima, Rafael de Souza Petersen, Marizelha C. Lopes, Eliete Paraguassu da Conceição, Pesquisadores Populares, Kathya Maria E. Orrico e Alexandre Pessoa Dias*

*Cada homem e mulher trazem dentro de si toda uma época,  
do mesmo modo que cada onda traz dentro de si todo o mar.*  
Jean-Paul Sartre

O presente texto nasceu da necessidade de uma revisão reflexiva sobre o projeto intitulado Desenvolvimento de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Comunidades Tradicionais Pesqueiras da Ilha de Maré, desenvolvido na Baía de Todos os Santos, em Salvador, Bahia. Trata-se de uma narrativa de reconstrução de experiências vividas e compartilhadas. De partilhas construídas por vários “corações e mentes”, como diria Sergio Arouca, capazes de unir o saber tradicional popular e o saber científico em torno de um objetivo comum: a construção de uma ciência socialmente referenciada, eticamente comprometida e politicamente engajada na defesa da garantia dos direitos humanos, sociais e políticos. Garantias tão bem sintetizadas no Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), responsável por subsidiar o marco legal do Sistema Único de Saúde (SUS) no país (BRASIL, 1986).

Buscamos, com isso, não apenas uma simples (re)visita a experiências realizadas num passado recente. Instiga-nos tomar o distanciamento necessário de modo a “converter, assim, a própria experiência vivida em objeto de estudo e interpretação teórica e, ao mesmo tempo, em objeto de transformação” (HOLLIDAY, 2006, p. 25).

Interessa-nos aqui a elaboração de tessituras que nos ajudem a apreender, com base em experiências advindas de uma realidade concreta, lições para elaborações futuras, quiçá utópicas. Também faz parte das nossas aspirações dialogar com os processos e os produtos que foram semeados e colhidos nas articulações fecundas entre pesquisadores e movimentos sociais, demonstrando a potencialidade da conjugação de saberes nos territórios (BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, 2010). Para tanto, organizamos o presente capítulo em quatro seções: na primeira, “Construindo a linha do tempo da pesquisa”, relembramos de forma breve o alicerce sobre o qual foram possíveis as aproximações entre movimentos sociais e pesquisadores para a realização da pesquisa no âmbito da Ilha de Maré; na segunda, “Entre números e sentidos: o processo de elaboração do Inquérito Epidemiológico sobre Saúde, Trabalho e Ambiente”, relatamos a estruturação do planejamento, elaboração, validação e ação da pesquisa nos territórios, bem como seu potencial de articulação, formação e qualificação dos movimentos sociais como sujeitos produtores de conhecimentos; na terceira, “Dos caminhos trilhados, das lições

apreendidas e dos desafios lançados”, procuramos lançar luz sobre alguns dos principais elementos considerados essenciais durante nosso percurso e alertar para os desafios ainda presentes e que precisam ser respondidos nos territórios. E por fim, as considerações e recomendações.

Boa leitura a tod@s!

## 7.1 Construindo a Linha do Tempo da Pesquisa

A experiência que originou a pesquisa Desenvolvimento de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Comunidades Tradicionais na Ilha de Maré-Salvador, BA partiu de demanda das comunidades tradicionais da Ilha de Maré, intermediada por lideranças da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e apoiada pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Em 2018, encontrou uma conjugação de discussões sobre estratégias e ações de implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) em eventos nacionais, como a Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. Especialmente em suas conferências livres e no 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrasco), o debate em torno da PNSIPCFA se conectou com outros movimentos populares do Grupo da Terra, tendo como amálgama a concepção de vigilância em saúde de base territorial popular e integrada para a construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS).

Na perspectiva da operação de TSS, houve uma confluência de condições facilitadoras: a discussão e elaboração de projeto de emenda parlamentar em atenção às condições sanitárias da comunidade pesqueira da Ilha de Maré e a implementação do Projeto de TSS nos estados do Semiárido, que propiciaram reuniões e oficinas em Salvador, nas quais foram recuperadas e projetadas para o futuro respostas formuladas com a comunidade, junto com pesquisadores da Fiocruz Brasília, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia e de universidades, especialmente a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Ceará (UFC). Assim, foram formuladas as linhas e diretrizes sintetizadas na pesquisa Desenvolvimento de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Comunidades Tradicionais na Ilha de Maré, Salvador, BA.

O pano de fundo das discussões foi a necessidade de subsidiar estratégias de promoção da saúde diante do modelo de desenvolvimento econômico hegemônico

no Brasil, caracterizado pela adoção de processos produtivos intensamente impactantes para o ambiente e principalmente para a saúde das populações que vivem nos territórios neles envolvidos.

Durante os encontros, almejou-se sempre um diálogo entre as “vozes dos territórios”, representadas pelas falas dos movimentos sociais que vivem cotidianamente os impactos concretos dos conflitos socioambientais, e com os pesquisadores que buscaram compartilhar o resultado de suas pesquisas como alternativas para o enfrentamento dos problemas. Essa estratégia enriqueceu sobremaneira o olhar de todos os participantes para a complexidade das questões apresentadas. Foram momentos em que os olhares, sentimentos e vozes de diversos sujeitos convergiram para que o saber científico dialogasse com o saber popular de forma horizontal, respeitosa e fraterna (FERREIRA & RIGOTTO, 2014).

O primeiro contato direto com as comunidades foi organizado em dois momentos destinados à aproximação entre pesquisadores da Fiocruz e o movimento de pescadores da Ilha de Maré: uma visita ao redor da ilha, com paradas para pequenas rodas de conversa sobre as percepções das condições ambientais e sanitárias, e uma oficina de síntese do contexto social ambiental e sanitário da ilha. Nessas atividades definiram-se diretrizes para uma cooperação técnica de promoção da saúde nos territórios de pesca artesanal.



Foto: Acervo ASA/PSAT

Nesse contexto, a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) apresentou à Presidência da Fiocruz uma demanda social, por meio de carta na qual solicitou cooperação institucional a fim de desenvolver ações nas comunidades da Ilha de Maré, BA. Dentre as solicitações apresentadas, destacam-se a realização de um diagnóstico epidemiológico, ambiental e sanitário da população, bem como de outros pontos a serem considerados, com foco especial nas famílias de pescadores e marisqueiras e na construção de um plano de saúde capaz de levar em conta as particularidades dos territórios e suas vulnerabilidades decorrentes da localização geográfica no entorno de grandes empreendimentos industriais.

Diante do modelo de exploração que tem impactado e destruído a atividade pesqueira na região, o ambiente e a qualidade de vida da população local, a fala de uma liderança da ANP ganhou destaque no 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrasco):

*Sou pertencente a uma terra de preto, a Ilha de Maré (...) onde os mangues são pichados com acidentes de navio da refinaria e terminal marítimo. Temos acidente com óleo, mas os maiores não são acidentes, são os fatos do cotidiano. Os produtos [poluidores] são liberados no ambiente por fuga no transporte ou na limpeza do pátio [dos navios]. A ilha está exposta a poluição e contaminação pelo ar e pelas águas; gases e sólidos no vento e no mar, contaminando os bancos pesqueiros (AUTORES, acervo da pesquisa, 2019).*

As comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da Ilha de Maré, cuja atividade principal é a pesca, têm uma identidade cultural própria, formada em meio a um processo histórico de luta e resistência a várias formas de dominação. Os territórios pesqueiros são espaços de terra e água carregados de mística e dos conhecimentos tradicionais, como técnicas e apetrechos rústicos feitos com matérias da natureza que ela é capaz de repor, caracterizando o modo de vida, de produção e reprodução social de uma comunidade tradicional quilombola e pesqueira.

**“Os territórios pesqueiros são espaços de terra e água carregados de mística e dos conhecimentos tradicionais, como técnicas e apetrechos rústicos feitos com matérias da natureza que ela é capaz de repor”**

Essas foram as bases responsáveis pela criação de um grupo interdisciplinar envolvendo pesquisadores, integrantes de movimentos sociais e a própria comunidade da Ilha de Maré. Esse grupo assumiu o desafio de produzir saberes partindo da vida real, em que o conhecimento não está no sujeito que pesquisa nem no objeto pesquisado, mas sim na relação ética e horizontal estabelecida entre eles (FERREIRA, 2015).

Fundado nessas bases, o grupo iniciou seus trabalhos ouvindo as principais demandas das comunidades e os problemas considerados prioritários, de modo a estabelecer estratégias conjuntas para o seu enfrentamento em três dimensões de intervenção sanitária: ações voltadas para os condicionantes estruturais da vulnerabilidade socioambiental; ações no âmbito das condições de ambiente e trabalho; e ações voltadas para o cuidado com a saúde. A partir de então, o foco inicial foi ampliado para pelo menos cinco eixos estruturantes, detalhados a seguir.

**1. Apoio na análise e monitoramento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).** O TAC pactuado entre Ministério Público do Estado da Bahia, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Comitê de Fomento Industrial de Camaçari, Companhia das Docas do Estado da Bahia, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Parapanema S.A., Braskem e Município de Salvador objetiva a regularização do Processo de Licenciamento Ambiental do Porto de Aratu-Candeias e a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos socioambientais na Área de Influência da Ilha de Maré, em benefício do meio ambiente, da saúde e da segurança das comunidades residentes. Segundo o relato das lideranças quilombolas e pesqueiras da ilha, os problemas e necessidades de saúde e ambientais têm relação com a poluição advinda do Complexo Industrial do Porto de Aratu, que tem entre seus impactos a redução e até inexistência de alguns cultivos; e o comprometimento do desenvolvimento de culturas como as de arroz, melancia, cana, caju, banana, entre outras, tem levado à reduzida diversidade e às decorrentes queda na qualidade da alimentação e redução de renda dos seus moradores. Estes buscaram apoio da academia para identificar os fatores que geram essa degradação ambiental e melhor compreender os planos técnicos e as informações burocráticas.

Houve, então, uma (re)aglutinação de técnicos, pesquisadores de universidades, assessores e representantes de entidades de apoio às comunidades e trabalhadores da pesca artesanal para aprofundamento da análise de documentos

e estabelecimento de perspectivas de avaliação e redução do risco diante das múltiplas ameaças de contaminação química das águas, mangues, peixes, mariscos, trabalhadores e moradores da Ilha de Maré. Foram definidas temáticas estratégicas para reativação dos encaminhamentos junto ao Ministério Público e foi organizado um grupo de acompanhamento dos impactos tóxicos na saúde da população. Dois caminhos propostos – uma avaliação toxicológica desenhada por professores da UFBA e um comitê de assessoramento técnico institucional e popular – não foram implementados e estão suspensos em razão de um relativo esgotamento da mobilização diante das dificuldades de coordenação e do distanciamento seletivo de entes públicos responsáveis. Além desses, as emergências vivenciadas por ocasião do desastre ambiental do derramamento do petróleo e, posteriormente, a convivência com a pandemia de Covid-19 agudizaram as vulnerabilidades ambientais, sanitárias e sociais.

**2. Observação das necessidades e condições de saúde, trabalho e ambiente.** Foram organizados momentos práticos de interação e formação de uma cartografia comunitária e, concomitantemente, um registro sistemático de necessidades e condições de saúde dos principais problemas percebidos pela comunidade no cotidiano da Ilha de Maré; para tanto, optou-se pela elaboração de um roteiro de campo para a pesquisa.

**3. Formação dos pesquisadores populares da pesca artesanal sobre saúde, trabalho e ambiente.** Evidenciou-se a necessidade de desenvolver pesquisas que também pudessem servir de formação dos pesquisadores populares e da comunidade, formação na qual o conhecimento produzido fosse capaz de qualificar as lutas dos sujeitos participantes “da pesquisa”, numa perspectiva horizontal e solidária.

**4. Conhecimento e implementação do saneamento ecológico.** Tendo em vista a precariedade dos sistemas de saneamento na Ilha de Maré, a comunidade optou por conhecer mais sobre o saneamento ecológico, por acreditar ser este o que melhor se adapta às condições dos territórios e suas necessidades. Realizou-se uma visita técnica com análise preliminar das condições sanitárias de três comunidades – Praia Grande, Santana e Bananeiras –, mediante o manejo das águas, dos esgotos, dos resíduos sólidos e dos solos. A ideia era utilizar as informações assim obtidas no delineamento do projeto de saneamento da ilha.

**5. Ações de promoção e vigilância em saúde para os territórios da Ilha de Maré.** A partir da observação dos mapas e diretrizes apreendidas no registro

sistemático produzido pelos encontros e pela enquete domiciliar, as comunidades reconheceram a necessidade de que o Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolvesse ações de promoção e vigilância em saúde respeitando as especificidades do território e de seus modos de vida.

Essa resignificação das necessidades de saúde e a identificação de formas de cuidado, incluindo o estabelecimento de barreiras sanitárias e ações de vigilância sanitária pertinentes ao SUS, levaram à configuração de formas de atenção e tecnologias sociais de resistência moldadas pela comunidade em contato com profissionais sanitários, tendo em vista a transformação de formas de vida e trabalho e o aumento da coesão entre as pessoas, a partir da territorialização e vigilância popular em saúde.

A síntese gráfica dos principais eixos de atuação do grupo de pesquisadores pode ser visualizada na Figura 15.

Figura 15 – Eixos de atuação do grupo de pesquisadores acadêmicos e populares na Ilha de Maré, Salvador, Bahia



FONTE: ELABORAÇÃO DOS AUTORES COM BASE NO ACERVO DA PESQUISA, 2019.

Nosso objetivo neste capítulo não é analisar mais profundamente todos os eixos que balizaram a atuação do grupo de pesquisadores na região, mas relatar, inicialmente, a construção e a implementação de um instrumento epidemiológico a ser aplicado em uma comunidade tradicional quilombola e pesqueira. Na elaboração do método, partiu-se da inclusão e envolvimento do território rico em saberes e informações que, na dinâmica da oralidade, transcendem gerações. No território o trabalho é compreendido como identidade, segundo a sua liderança, e ser pescador/a e quilombola é marca de reconhecimento.

Na próxima seção dirigiremos o olhar para a elaboração, sistematização e validação do Inquérito Epidemiológico sobre as Condições de Saúde, Trabalho e Saneamento na Ilha de Maré, Bahia. Pretendemos, assim, conhecer e desvendar a forma como a comunidade quilombola e pesqueira, protagonista desse processo, vê sua saúde, o ambiente e o trabalho, desenhando a articulação entre o saber da academia e o saber tradicional.

“construção e a implementação de um instrumento epidemiológico a ser aplicado em uma comunidade tradicional quilombola e pesqueira. Na elaboração do método, partiu-se da inclusão e envolvimento do território”

## 7.2 Entre Números e Sentidos: o processo de elaboração do Inquérito Epidemiológico sobre Saúde, Trabalho e Ambiente

Em agosto de 2018, pesquisadores da Fiocruz Brasília, em colaboração com a Presidência da Fiocruz, se reuniram com lideranças da Ilha de Maré objetivando a escuta das principais necessidades e demandas de saúde. Participaram desse momento pesquisadores de outras instituições, como Fiocruz Ceará, Fiocruz Brasília, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz Rio de Janeiro), UFC, UFBA e técnicos da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS).

Na ocasião, a comunidade alertou para uma mudança no padrão de morbimortalidade no território que começou a chamar a atenção dos moradores.

De acordo com os relatos, tornou-se frequente, na ilha, pessoas irem a óbito por diversos tipos de câncer. Foi citado também o aumento de episódios como crises de asma, cefaleia, dermatites, entre outros. O impacto no ambiente também foi percebido; relatou-se a diminuição de peixes e mariscos, que foi associada ao aumento da poluição ambiental. Por tudo isso, a comunidade afirmou a importância de que fosse realizado um estudo epidemiológico como forma de quantificar todo o contexto de alterações então percebidas pelos moradores.

Com base nos relatos, os pesquisadores iniciaram a elaboração de um instrumento de pesquisa capaz de dialogar com o perfil de morbimortalidade das comunidades e também com questões relacionadas ao ambiente e ao trabalho. Desse modo, buscou-se a adoção de um marco teórico que fosse além da quantificação dos eventos. Estávamos caminhando em direção à epidemiologia crítica (BREILH, 2006).

A epidemiologia crítica serviu como arcabouço teórico para a elaboração do instrumento Inquérito de Vigilância Socioambiental e de Saúde das Populações da Ilha de Maré. Ao partirmos das próprias demandas das comunidades para a elaboração do instrumento de pesquisa, caminhamos em direção à ruptura com uma epistemologia comum principalmente no campo das ciências objetivas (MÉSZÁROS, 2012). Isso porque recusamos trilhar o caminho que promove a hierarquização entre sujeito que pesquisa e objeto que é pesquisado. Nosso compromisso foi o de produzir um conhecimento cuja elaboração envolvesse diretamente a participação dos grupos sociais diretamente implicados no problema. Dessa maneira, acreditamos contribuir para a construção de um saber científico pautado no diálogo, alicerçado na solidariedade e unido pelo compromisso social que busca a transformação da realidade, com vistas à superação das desigualdades sociais (FERREIRA, 2015).

Assim, como instrumento de pesquisa embasada na epidemiologia crítica, foi desenvolvido um questionário em 25 blocos, com os mais diversos temas: perfil do entrevistado, características socioeconômicas da família, percepção sobre a saúde de modo geral, saúde da mulher, do homem, do idoso, ambiente, saneamento, trabalho, práticas integrativas e complementares, violência contra a mulher, drogas e álcool, hábitos alimentares, entre outros. A amplitude e extensão do instrumento deu-se em decorrência da grande necessidade de acumular conhecimentos demandados pelas próprias comunidades. Nesse sentido, o andamento da pesquisa também foi se tornando parte fundamental da formação, tanto para pesquisadores quanto para todos os que dela participaram. Ao mesmo tempo que validava o instrumento de pesquisa, a comunidade também aprofundava seu conhecimento sobre ele. Aos poucos, as comunidades também tornaram-se coautoras do instrumento,

incorporando e ressignificando suas expressões, otimizando seus elementos e principalmente protagonizando o processo.

O passo seguinte foi a aplicação do questionário nos territórios. Para tanto, a própria comunidade se organizou e designou cerca de trinta pescadores e marisqueiras pertencentes às 11 comunidades da ilha que, ao aplicarem o questionário de campo, também puderam compartilhar a sua percepção individual sobre a sua saúde, o ambiente e o trabalho desenvolvido. Esses voluntários receberam treinamentos que totalizaram mais de 20 horas, abordando desde elementos técnicos do questionário até as dimensões éticas que envolvem a participação de seres humanos, além da garantia do sigilo das informações obtidas.

Todo o treinamento das comunidades pautou-se nos fundamentos da educação dialógica, compreendendo cada um dos sujeitos nele envolvidos como detentor de saberes próprios a serem aproveitados. Dessa forma, nos afastamos da educação bancária (FREIRE, 2005) e caminhamos em direção a um processo pedagógico libertador, capaz de empoderar os sujeitos sociais a fim de aproveitar os seus potenciais na busca por soluções concretas para os problemas identificados.

“elaboração de um mapa social, capaz de desvelar o território com o olhar próprio de quem nele vive. À medida que acontecia, a cartografia social se revelava também uma apropriação coletiva sobre o território”

Outro desdobramento resultante dessas sucessivas aproximações com o território foi a elaboração de um mapa social, capaz de desvelar o território com o olhar próprio de quem nele vive. À medida que acontecia, a cartografia social se revelava também uma apropriação coletiva do território. Como potencialidade, registra-se a capacidade criativa dessas comunidades, capazes de representar com precisão elementos como a vegetação, o mar, os mangues, as moradias, o comércio, entre outros.

Para que as etapas de formação, cartografia e aplicação do questionário ocorresse, foi fundamental o apoio da Colônia de Pescadores, com alimentação e transporte fluvial.

As comunidades pesqueiras e quilombolas da região têm múltiplas religiosidades e crenças. E a cartografia social conseguiu retratar isso, além de misturar a imaginação e as experiências que vivenciam, aquele “território lindo”.

Nessa prática também foi discutido o impacto exercido pela atividade do Porto de Aratu, que extrapola os riscos intrínsecos às atividades de pescador/a e marisqueira e afeta diretamente a saúde, o ambiente, o trabalho, o território, enfim, o modo de vida dos pescadores artesanais e quilombolas.

A relação que os pescadores artesanais e quilombolas estabelecem com os mangues e com a água vai além do trabalho; trata-se de uma relação de convivência, respeito e conservação do ambiente, pois dele dependem para tirar o seu sustento e para preservar sua produção e reprodução social. Diante disso, emerge a preocupação dessa população com os agentes externos que poluem e degradam esse ambiente. Isso é observado na fala da liderança quando se refere a “essas ameaças, que levam a vários casos de violação de direitos e são representadas pelo complexo do Porto de Aratu, o ar denso, o odor forte de amônia”, ou a espécies que se desprendem nos navios causando ameaça à biodiversidade.

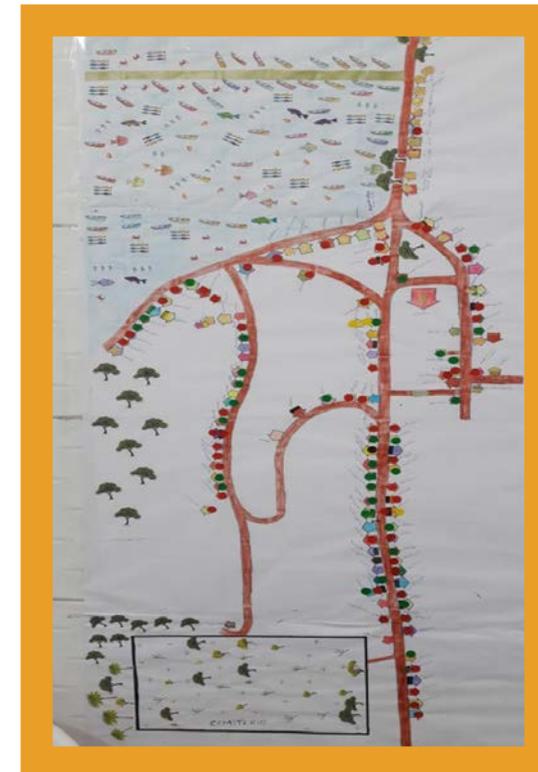
O mapa social traz o olhar para os equipamentos sociais existentes ou não na comunidade, como as casas abandonadas, em construção, de veraneio, o comércio, as igrejas, as escolas, as creches, as fontes de água e outros elementos considerados importantes. As figuras a seguir registram um pouco dessa tessitura.

Figura 16 – Elaboração da cartografia social na Ilha de Maré



FONTE: ACERVO DA PESQUISA. PSAT/FIOCRUZ BRASÍLIA, 2019.

Figura 17 – Cartografia social na Ilha de Maré



FONTE: ACERVO DA PESQUISA. PSAT/FIOCRUZ BRASÍLIA, 2019.

Com isso, a cada nova aproximação com o instrumento de pesquisa e seu diálogo com o território, aumentava também a percepção crítica da comunidade acerca dos seus desafios. Ademais, além de melhor compreenderem os desafios que estavam colocados nos seus territórios, ela mesma começou a pensar em estratégias de enfrentamento que passavam diretamente pela necessidade de maior organização popular. Desse modo, nos aproximamos dos pensamentos de Paulo Freire, para quem conhecer é tarefa de sujeitos, e não de objetos; e “somente enquanto sujeitos, pode-se atuar criticamente na realidade, pois o homem é um ser da práxis” (FREIRE, 1983, p. 17).

Consolidava-se, assim, a figura dos pesquisadores populares. Capazes de se reconhecerem não apenas como “objetos de pesquisa”, mas sim como protagonistas responsáveis pela produção do conhecimento. Implicados ética e politicamente com os problemas de estudo e responsáveis, também, pela adoção de uma prática científica solidária e preocupada com a destinação social do conhecimento que produz (SANTOS, 2010; FERREIRA, 2015).

Devido ao engajamento do grupo ampliado de pesquisadores acadêmicos e populares, em menos de cinco meses da apresentação das demandas pelas comunidades este coletivo já estava retornando ao território para compartilhar os resultados preliminares da pesquisa, que contava com 211 indivíduos entrevistados. Nesse período houve diversas ações, tais como: 1) coleta de dados; 2) processamento de dados, para o qual foi necessário construir um sistema para armazenamento dos dados coletados; 3) análise e interpretação dos dados processados; 4) compartilhamento dos resultados encontrados com os pesquisadores populares e lideranças e, depois, com a comunidade local; 5) recomendação das medidas de prevenção e controle apropriadas; 6) articulação com as instituições responsáveis e promoção das ações de prevenção; 7) avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas; e, por fim, 8) divulgação de informações pertinentes.

Cabe destacar o momento na Comunidade de Bananeiras, na qual foi aplicado o instrumento de pesquisa. Tal comunidade foi a primeira a participar e contribuir com a pesquisa, bem como a conferir protagonismo aos seus pesquisadores populares. Dos seus 218 domicílios, 96,78% participaram da pesquisa, o que atesta o compromisso dessa comunidade com o território.

Figura 18 – Momento de apresentação dos resultados parciais da pesquisa em Ilha de Maré



FONTE: ELABORAÇÃO DOS AUTORES COM BASE NO ACERVO DA PESQUISA. PSAT/FIOCRUZ BRASÍLIA, 2018.

Na ocasião, os pesquisadores populares observaram a complexidade de desenvolver a pesquisa com foco nas populações das águas. O estudo aponta a singularidade e a relação dialógica entre as comunidades, a cooperação, o engajamento e o compromisso que são necessários para ampliação e efetivação da análise para os demais territórios.

O movimento dialético estabelecido entre os territórios e os pesquisadores acadêmicos e populares nos permitiu uma compreensão mais aprofundada da complexidade dos objetos de pesquisa que se estabeleciam. Nesse sentido, foi de fundamental importância estarmos amparados por episteme e metodologias críticas, que nos forneceram a lucidez necessária para compreendermos que a construção do conhecimento participativo é processual. É, pois, um percurso de sucessivas aproximações e distanciamentos, que não se pretende completo, tendo em vista o inacabamento dos processos históricos (CARVALHO, 2009).

Toda a experiência vivida nos territórios da Ilha de Maré contribuiu para darmos conta da riqueza de experiências que emana das falas dos movimentos sociais, bem como do seu profundo conhecimento sobre seus territórios. Ao adotarmos

uma dinâmica de pesquisa que partiu dos próprios sujeitos e movimentos sociais, delineamos também novos processos epistemológicos e metodológicos.

A conjugação de esforços pautados na articulação entre academia e movimentos sociais contribuiu para a condução de uma pesquisa comprometida com a emancipação social. Ao buscarmos, além de ouvir, aprender com os movimentos sociais e incorporar os seus saberes na produção do conhecimento, pudemos mergulhar de forma mais profunda na complexidade das questões apresentadas. Desse modo, acreditamos que os principais “resultados” da nossa pesquisa não

se resumem na apresentação de dados e tabelas. Apesar de tal apresentação ter sido a principal demanda do coletivo, a construção participativa e engajada da pesquisa nos territórios ampliou esse entendimento. Os resultados da pesquisa vão em direção a um exercício de reflexão profundo, capaz de trazer para o debate os determinantes e condicionantes que impactam a saúde, o ambiente e o trabalho e, além disso, de se articular

e dialogar com a Atenção Primária responsável pelo território da Ilha de Maré, visando a subsidiar a execução de ações e controle de doenças e agravos.

O olhar dos pesquisadores populares para o território demandou a elaboração de um mapa social, um desvelar, pois é um referencial para o início das atividades e leva a uma percepção diferente do território, uma vez que alguns pesquisadores não se sentiam pertencentes àquela comunidade, pois mesmo vivendo em uma ilha, em geral se limitam a circular na localidade onde moram. Assim, embora conhecendo as pessoas que ali moram e tendo representado suas moradias no papel, cartografar o comércio e outros equipamentos públicos, como escolas e igrejas, por exemplo, foi um desafio.

Acreditamos que todo esse processo é um rico aprendizado para os atores que dele participaram: a academia aprende ao valorizar o conhecimento tradicional e popular e as comunidades se nutrem desse conhecimento de cujo fazer também são protagonistas. Produzem, em conjunto, um conhecimento edificante, ético e socialmente comprometido com o impacto de sua aplicação, em um processo sempre argumentativo e dialógico (SANTOS, 1989).

“A conjugação de esforços pautados na articulação entre academia e movimentos sociais contribuiu para a condução de uma pesquisa comprometida com a emancipação social”

### 7.3 Dos Caminhos Trilhados, das Lições Apreendidas e dos Desafios Lançados

Ao olhar para trás e perceber o constructo realizado no território da Ilha de Maré, percebemos que, quando se caminha junto, a jornada se torna muito mais rica. Esse foi um dos principais sentimentos que permearam toda a equipe de pesquisadores populares e acadêmicos.

Outro aspecto relevante e que é necessário relatar é a relação de confiança estabelecida entre as comunidades e o percurso de pesquisa. Frequentemente, escutávamos que muitas pesquisas já tinham passado na Ilha de Maré e suscitado muita desconfiança por parte da comunidade. Isso porque, na maioria das vezes, os pesquisadores se utilizavam dos saberes populares apenas para extrair as informações (e muitas vezes até o sangue) dos moradores, sem a preocupação de validar os dados e devolvê-los às comunidades.

Na nossa pesquisa, acreditamos que o fato de estabelecermos com a comunidade um diálogo amplo, aberto e sincero a todo momento nos ajudou a ganhar a sua confiança. Sempre tínhamos o cuidado de falar exatamente o que conseguiríamos fazer, mas também expúnhamos nossas limitações. Dessa forma, sempre buscávamos acordos coletivos entre os desejos das comunidades e o que efetivamente conseguiríamos realizar.

Diversos desafios permearam nosso cotidiano de pesquisas. Enfrentamos dificuldades metodológicas para a elaboração do instrumento que foi aplicado nos territórios. A proposta de construir um roteiro elaborado e validado coletivamente demandou muito tempo e esforço por parte do grupo de pesquisadores.

Ademais, passar todas as informações registradas nos questionários para “nuvens” *on-line* demandou outro grande esforço para a elaboração de uma plataforma virtual capaz de ser alimentada sistematicamente. Além disso, compatibilizar as informações presentes nessa plataforma (codificadas em uma linguagem própria da programação computacional) e transferi-la para os *softwares* de análises

“o fato de estabelecermos com a comunidade um diálogo amplo, aberto e sincero a todo momento nos ajudou a ganhar a sua confiança”

estatísticas (que operam com outro sistema) foram outros grandes desafios para a equipe de pesquisadores. Era quase um experimento interprofissional que demandava ajustes à medida que iam surgindo as dificuldades.

Chegando ao fim dessa jornada, pelo menos da jornada que nos coube apresentar neste relato, percebemos com maior clareza a incompletude do processo, sempre presente nas pesquisas em que se permite realizar uma análise crítica sobre sua trajetória. Do muito que passamos e construímos, fica ainda a nossa tarefa de democratizar ainda mais o produto das nossas pesquisas e transformá-las efetivamente em práxis. Entendemos que somente a partir da resignificação desses nossos achados, transformados em instrumentos de luta pelas comunidades, cumprimos nosso papel histórico de pesquisadores engajados, socialmente referenciados e eticamente comprometidos com nossos objetos de pesquisa.

O desafio está posto. É urgente que a sociedade conheça as situações em que se encontram as comunidades tradicionais no país e a importância de respeitar o modo de vida, de produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e de manter viva a memória histórica de um povo, para a preservação saudável e sustentável do ambiente, do território em que se vive. Assim, é necessário o fortalecimento da sua identidade e de seu acesso ao território, aos recursos naturais necessários à sua subsistência, ao direito à saúde, à vida. Este é apenas o começo de um caminho longo a ser percorrido, seja na terra, seja nas águas!

“É urgente que a sociedade conheça as situações em que se encontram as comunidades tradicionais no país e a importância de respeitar o modo de vida”

## 7.4 Considerações Finais e Recomendações

A inserção de diferentes práticas sociais gera transformações individuais e coletivas, mas também no território, transformando-o em um ambiente mais saudável e sustentável à medida que se avança na reflexão e ativação de redes locais e regionais de governança participativa.

O conceito de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) é produzido na prática e na reflexão e se materializa a partir da ação do sujeito participativo e da valorização de saberes e práticas populares. Conforme Machado e colaboradores (2017, p. 244), “o território é a base sobre a qual as determinações sociais da saúde produzem efeitos transformadores”. Assim, mediante reconhecimento e diálogo, as lideranças de pescadores e pescadoras da Ilha de Maré estão repensando e construindo experiências sociais como percurso de uma trajetória que não tem mais volta.

A perspectiva da sustentabilidade da qualidade de vida e trabalho da população das águas se insere na construção coletiva de transformações na configuração da base produtiva e nas formas de extrativismo ambiental. Para isso, é necessária a organização de uma vigilância em saúde popular de base territorial, diante das situações e problemas ambientais e do trabalho da pesca artesanal/mariscagem, no âmbito da ação comunitária, como estratégia para contribuir com a promoção da saúde e a organização dos serviços.

Apoiar o desenvolvimento e aplicação de TSS na região da Baía de Todos os Santos, em especial a Ilha de Maré, Salvador, BA, mediante identificação, avaliação e articulação das demandas sociais, a fim de promover o desenvolvimento de tecnologias sociais e a sistematização de indicadores de saúde e socioambientais para além da implementação de políticas públicas de saúde, contribui para o processo formativo e para o protagonismo dos sujeitos sociais, em defesa do SUS e do direito à saúde e à vida!

“O conceito de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) é produzido na prática e na reflexão e se materializa a partir da ação do sujeito participativo e da valorização de saberes e práticas populares”



Foto: Acervo ASA/PSAT

## Referências

BRASIL. 8ª Conferência Nacional de Saúde, Brasília, 1986. Disponível em: <[https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/8\\_conferencia\\_nacional\\_saude\\_relatorio\\_final.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf)> Acesso em: 30 maio. 2020.

Bourdieu, P.; Chamboredon, J.-C. & Passeron, J.-C. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2010.

Breilh, J. *Epidemiologia Crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CARVALHO, A. M. P. O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica. In: BAPTISTA, M. M. (Ed.). *Cultura: metodologias e investigação*. Lisboa: Ver o Verso, 2009.

FERREIRA, M. J. M. *Saúde, Trabalho e Ambiente: práxis emancipatórias, lutas e resistências frente ao agronegócio na Chapada do Apodi, Ceará*. Curitiba: CRV, 2015.

FERREIRA, M. J. M. & RIGOTTO, R. M. Contribuições epistemológicas/metodológicas para o fortalecimento de uma (cons)ciência emancipadora. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(10): 4.103-4.111, 2014.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOLLIDAY, O. J. *Para Sistematizar Experiências*. 2. ed. rev. Trad. Maria Viviana V. Resende. Brasília: MMA, 2006.

MACHADO, J. M. H. et al. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. *Comunicação em Ciências da Saúde*, 28(2): 243-249; 2017. Disponível em: <[http://bvsm.sau.gov.br/bvs/periodicos/ccs\\_artigos/territorio\\_%20saudaveis\\_%20sustentaveis.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/territorio_%20saudaveis_%20sustentaveis.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2020.

MÉSZÁROS, I. *Busca da Liberdade e Desafio da História*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira e Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012.

PANOFSKY, E. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: PANOFSKY, E. *Significado nas Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. S. *Um Discurso sobre as Ciências*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



# ORGANIZADORES E ELABORADORES DE TEXTO

## **Alessandra Bortoni Ninis**

Psicóloga, mestre e doutora em Desenvolvimento Sustentável, especialista em Resolução de Conflitos Socioambientais. Assessora técnica do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

## **Alexandre Pessoa Dias**

Engenheiro civil, com ênfase em Engenharia Sanitária, doutor em Medicina Tropical pelo Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz. Servidor público da Fiocruz, Ministério da Saúde, onde é membro da Câmara Técnica de Saúde e Ambiente, coordenador do Grupo de Trabalho Água & Saneamento, professor-pesquisador e coordenador do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

## **André Luiz Dutra Fenner**

Cientista político, mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz e em Ciência Política pela Universidade de Genebra, doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade de Brasília. Pesquisador em Saúde Pública do Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho da Fiocruz Brasília.

## **Andréa Araujo de Vasconcellos**

Arquiteta urbanista, mestre em Engenharia Ambiental e Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em Administração Pública pela FGV-Rio e urbanista do quadro de tecnólogos em Saúde Pública da Fiocruz.

## **Antonio Carlo Batalini Brandão**

Biólogo, especialista em Avaliação de Impacto Ambiental pela Ufis Faculdades Integradas. Atuou como Coordenador na Coordenação de Projetos e Ações Estratégicas em Saúde Ambiental da Funasa de agosto de 2019 a julho de 2020. Servidor da Funasa e atualmente atua na Coordenação de Cooperação Técnica Internacional..

## **Augusto de Souza Campos**

Psicólogo, mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tecnólogo em Saúde Pública no Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho da Fiocruz Brasília.

## **Cristina Roale**

Arquiteta. Assessora de Saneamento Ecológico do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

**Darcy de Valadares Rodrigues Ventura**

Educadora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Pedagoga sanitária do Ministério da Saúde e da Funasa, consultora na Funasa pela Organização Pan-Americana da Saúde, integrante da Equipe Funasa na implantação do Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina.

**Deborah Silva Figueiredo Roberto**

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Euroamericano, cursando MBA em Relações Humanas e Psicologia Positiva pelo Instituto de Pós-Graduação (Ipog). Diretora do Departamento de Saúde Ambiental da Funasa.

**Edmundo Gallo**

Médico, doutor em Saúde Pública, pós-doutor em Ecologia. Pesquisador titular da Fiocruz, pesquisador sênior da Universidade de Coimbra, professor colaborador do Programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Unesp e coordenador geral do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

**Eliete Paraguassu da Conceição**

Mestre das águas. Pescadora artesanal da Ilha de Maré, Salvador, BA, liderança do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais.

**Ewerton Thiago P. de Lima**

Especialista em Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho pela Fiocruz Pernambuco e residente em Saúde da Família com ênfase nas Populações do Campo, da Floresta e das Águas. Colaborador do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho da Fiocruz Brasília.

**Fabiana Ramos**

Quilombola do Quilombo do Bracuí, Angra dos Reis, RJ, graduada em Educação do Campo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina.

**Fabiana Vaz de Melo**

Historiadora e especialista em Estado e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais pela Universidade Federal da Bahia. Colaboradora do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho da Fiocruz Brasília.

**Fábio José dos Reis Oliveira**

Engenheiro florestal. Assessor de Articulação Institucional do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

**Fátima Cristina Cunha Maia Silva**

Psicopedagoga pela Universidade Católica de Brasília, especialista em Valores Humanos e Gestão Compartilhada pela Universidade de Uberaba, mestre em Saúde Pública pela Fiocruz e doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

**Fernanda Machiner**

Mestre em Epidemiologia das Doenças Infecciosas e Parasitárias pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho, da Fiocruz Brasília.

**Gislei Siqueira Knierim**

Psicóloga, mestra em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz. Pesquisadora colaboradora do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho da Fiocruz Brasília.

**Guilherme Franco Netto**

Médico pós-doutorado no Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Campinas. Coordenador de Ambiente na Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz.

**Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado**

Engenheiro químico, doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutorando em Saúde Pública e Meio Ambiente pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz. Professor adjunto do Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador associado da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz no campo de Saneamento Rural.

**Índira Alves França**

Doutora em Educação pelo Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Analista de Gestão em Saúde da Fiocruz e coordenadora de Gestão de Saberes do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

**Iracy Gallo Ritzmann**

Historiadora, mestre em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora aposentada da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora na Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

**Ivandro C. de Sá**

Analista de sistemas com atuação nas áreas de Desenvolvimento, Arquitetura, Sistemas de Informação e Aprendizagem de Máquina, especialista em Segurança da Informação, mestrando em Ciências da Computação na Universidade Federal do Ceará. Colaborador do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho da Fiocruz Brasília.

**Ivanildes Pereira**

Índígena da aldeia Rio Bonito, Ubatuba, SP. Pesquisadora do Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina.

**João Crisóstomo Holzmeister Oswaldo Cruz**

Geógrafo especialista em Geoprocessamento e Geo-hidroecologia, mestrando em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina/Fiocruz.

**Jorge Mesquita Huet Machado**

Médico sanitário pós-doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Mato Grosso. Coordenador do Programa Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho da Fiocruz Brasília, ex-coordenador geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde. Responsável técnico pelo Projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro Fiocruz-Funasa 2016-2020.

**Juliana Carvalho Rodrigues**

Engenheira agrônoma e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa, doutora em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Professora colaboradora na área de Engenharia Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Espírito Santo, atua na área de Saúde Ambiental, Saneamento e Promoção da Saúde em âmbito municipal, nas prefeituras municipais de Viçosa, MG, e da Serra, ES, e federal, no Ministério da Saúde e na Funasa.

**Juliana de Senzi Zancul**

Arquiteta e urbanista, especialista em Direito Sanitário pela Fiocruz, mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo. Analista de Infraestrutura, com atuação na Funasa.

**Juliana Rulli Villardi**

Bióloga, especialista em Vigilância em Saúde Ambiental, mestre em Saúde e Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e doutora em Saúde Pública. Colaboradora da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz, pesquisadora assistente na Fiocruz/Direb, onde é também docente credenciada no Programa de Políticas Públicas em Saúde da Escola Fiocruz de Governo, e colaboradora do Ministério da Saúde em Vigilância Saúde Ambiental.

**Kathya Maria E. Orrico**

Bióloga. Servidora da Funasa Bahia.

**Leonardo de Freitas**

Biólogo, doutor em Geografia. Coordenador de Governança e Gestão e da Incubadora de Tecnologias Sociais do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

**Luana Carvalho Silva**

Agrônoma. Assessora em Agroecologia do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

**Luís Carlos Soares Madeira Domingues**

Arquiteto urbanista, mestre em Planejamento Urbano e Regional e doutorando em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Urbanista do quadro de tecnólogos em Saúde Pública da Fiocruz.

**Luísa Vilas Boas Cardoso**

Comunidade caiçara do Prumirim, Ubatuba, SP. Nutricionista, especialista com caráter de Residência Multiprofissional em Saúde da Família pela Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia, Sobral, CE. Pesquisadora do Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina.

**Maíra Franco Netto**

Cientista ambiental, Pós-graduanda em Gestão de Áreas Contaminadas na Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina.

**Marcelo José Monteiro Ferreira**

Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará, pós-doutorado em Occupational and Environmental Health pela London School of Hygiene & Tropical Medicine. Professor adjunto do Curso de Graduação em Medicina da Universidade Federal do Ceará.

**Marco Antônio Carneiro Menezes**

Graduado em Ciências Biológicas, mestre em Saúde Pública pela Fiocruz. Vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz.

**Mariana Vitali**

Bióloga graduada pela Universidade de Brasília, com mestrado em Política e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Servidora da Funasa atuando na área de ações estratégicas e pesquisas do Departamento de Saúde Ambiental.

**Marizelha C. Lopes**

Mestre das águas. Pescadora artesanal da Ilha de Maré, Salvador, BA, liderança do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais.

**Missifany Silveira**

Engenheira agrônoma, doutora em Geografia pela Universidade de Brasília. Docente no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde da Fiocruz Brasília e consultora técnica da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde.

**Pedro Assumpção Alves**

Economista, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, mestre em Demografia. Gestor público em exercício no Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, no qual, atualmente, trabalha na Coordenação de Governança e Gestão.

**Pesquisadores Populares e Pescadores Artesanais da Ilha de Maré, Salvador, BA**

Amanda E. dos Santos, Ana Lecia S. dos Santos, Ana Paula da Conceição, Fabiana dos Santos, Janice Simões dos Reis, Maele Menezes Simões, Maira Rego Soares, Rejane L. de Santana (Comunidade de Bananeiras); Beatriz Damasceno da Silva, Larissa dos Reis Santos (Comunidade de Botelho); Camila Batista Leite (Comunidade de Caquende); Alex Xavier da Silva, Cássio Nascimento, Cleiton Pedro, Dilma P. de Menezes, Jane dos Santos, Maísa Capenan Silva, Miliane Maciel dos Santos, Noemia Farias Pedro, Tatiane X. da Silva (Comunidade de Maracanã); Aline Menezes de S. Pedro, Laila Santana Salles (Comunidade de Martelo); Franciele L. Souza, Jordan da L. Luz (Comunidade de Ponta Grossa); Jamile L. Sales, Luciana P. Santana (Comunidade de Porto dos Cavalos); Andreza dos S. Silva, Carine Neves de Paula, Fátima Neves de Paulo, Ian Carlos Neves dos Santos, Nadine Neves da Encarnação, Raquel Neves (Comunidade de Praia Grande); Aidil Neves Lopes, Janeide Conceição dos Reis, Camila Lopes das Neves, Daniela dos Santos Maciel, Elizandra do Espírito Santo Lopes, Maira da Conceição (Comunidade de Santana). e-mail: mppbrasil@gmail.com

**Rafael de Souza Petersen**

Fisioterapeuta, doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação de Enfermagem Fundamental da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Tecnologista em Saúde Pública e professor na Escola de Governo da Fiocruz Brasília.

**Ronaldo dos Santos**

Músico, liderança quilombola, educador popular. Secretário adjunto de Povos Tradicionais da Prefeitura Municipal de Paraty.

**Vagner do Nascimento**

Coordenador do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, coordenador e idealizador do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, morador do Quilombo do Campinho da Independência.

**Vagno Martins**

Comunitário. Assessor de Turismo de Base Comunitária do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

**Wagner de Jesus Martins**

Economista, doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz. Analista de Gestão da Fiocruz e coordenador do Colaboratório de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Escola Fiocruz de Governo.

